

Relatório Anual de Atividades 2022-23



O SICAV foi fundado em 1945 visando fortalecer a atividade cinematográfica, construindo redes, representatividade e contribuindo para políticas públicas para a indústria audiovisual brasileira nacional e internacionalmente, defendendo os interesses da indústria audiovisual nos âmbitos governamental e privado e sua atuação visa a consolidação de um modelo sustentável para a indústria brasileira.

Estamos presentes em 21 estados, compreendendo estúdios, produtoras de televisão, cinema e vídeo, laboratórios cinematográficos, produtoras de games, empresas de dublagem, de finalização e de locação de equipamentos cinematográficos. Temos como objetivo auxiliar no desenvolvimento do mercado audiovisual brasileiro, representar o setor em diversos fóruns de debates, incentivar a produção e novos modelos de negócio, analisar e estimular a utilização da legislação do setor, participando ativamente de suas regulamentações e alterações, oferecer capacitação ao produtor e apoiar a atuação do empresário brasileiro no mercado internacional por meio de ações.

Com um quadro representativo de empresas associadas, o SICAV representa uma ampla gama de atores dentro do ecossistema audiovisual. Este espectro diversificado de membros permite ao sindicato ter uma visão holística do setor, promovendo iniciativas que vão desde o desenvolvimento de eventos de grande porte até a realização de cursos de capacitação, todos voltados para fortalecer a indústria no país.

O SICAV lidera esforços em várias frentes, incluindo o desenvolvimento de políticas estratégicas, estudos, projetos e campanhas legislativas. Estas ações têm como objetivo macro fomentar o crescimento da indústria audiovisual, como uma ferramenta do soft power brasileiro, e no micro, preparar novos profissionais gestores, técnicos, criativos para contribuir com o setor. Através destes esforços, o SICAV desempenha um papel crucial na construção de um futuro promissor para o cinema e o audiovisual brasileiros, assegurando que a nossa cultura e perspectivas únicas sejam compartilhadas e rentabilizadas com o mundo.

<https://www.sicavrj.org.br/>

[@sicav_oficial](#)

<http://www.youtube.com/@sicav1931>

Equipe

Presidente: Leonardo Edde

Vice-Presidentes:

Glaucia Madalena Moreira Camargos

Leonardo Teixeira Monteiro de Barros

Diretoria:

André Carreira

Antonio Fernandes de Almeida

Iafa Britz

Irina Neves

Jorge Peregrino

Leticia Monte

Luiz Noronha

Marcelo Pedrazzi Scudieri

Maria Carlota Bruno

Maria Carneiro da Cunha

Paula Barreto

Sergio de la Riva

Delegados junto à Firjan:

Leonardo Edde

Leonardo Monteiro de Barros

Lucy Barreto

Renata Magalhães

Assista nosso vídeo:  [Video IAB](#)

Índice

Palavra do Presidente.....	7
INDÚSTRIA AUDIOVISUAL: MIRAR O FUTURO.....	7
Os anos de 2022 e 2023.....	9
A Cultura voltou! Será?.....	9
Alguns Dados da Indústria.....	9
Fomento e Investimentos.....	10
Defesas de Interesse.....	10
Vitórias no Legislativo.....	10
Pesquisas e Estudos.....	10
Principais ações em 2022.....	11
Condecine.....	11
Eleições 2022 - Encontro do Audiovisual com Candidatos.....	11
Tribunal de Contas da União.....	11
Revisão das Instruções Normativas nº 158 e nº 159 da Ancine.....	12
Digitalização dos documentos de prestação de contas.....	12
Assinatura digital.....	12
Rendimentos.....	12
Webinário Editais RioFilme.....	14
Encontro de Novos Realizadores com Vera Zaverucha e Canais Independentes.....	14
Encontro SICAV e BRAVI: Webinário do Manual de PC.....	14
Pesquisas.....	14
Levantamento de Produções Audiovisuais em andamento no Brasil.....	14
Assessoria Parlamentar.....	15
Relatório 2022.....	15
Principais ações em 2023.....	29
Institucional.....	29
Câmara Técnica Setorial das Entidades.....	29
Medalha do Mérito Industrial.....	30
Protocolo de Intenções.....	30
Frente Parlamentar de Fomento do Audiovisual.....	30
Ancine.....	31

Prestação de Contas.....	31
Prescrição.....	31
Formação.....	31
Parceria com a Riofilme.....	31
Programa de qualificação setorial.....	31
Pesquisas e mapeamento do setor.....	31
Pesquisa Datafolha.....	31
Estudo de Demanda Profissional do Setor Audiovisual.....	32
Guia de Sustentabilidade na Indústria Audiovisual.....	32
1º Encontro Estratégico Colaborativo da Indústria Audiovisual.....	32
Trabalhista.....	32
Fomento.....	32
Melhoria dos processos do Fundo Setorial do Audiovisual.....	33
Propostas para chamadas públicas de 2023.....	33
Lei Paulo Gustavo.....	33
Parcerias e Eventos.....	33
Academia Brasileira de Cinema e Artes Audiovisuais.....	33
Rio2C.....	33
Series Mania Rio 2023.....	34
Desafios das Relações Profissionais no Audiovisual.....	34
Outros fazeres no ensino e na aprendizagem em cinema e audiovisual.....	34
Audiovisual na Era do Streaming - OMPI.....	34
Jurídico.....	34
TCU.....	34
Defesa de interesses.....	35
Assessoria Parlamentar.....	35
Projetos de Lei Video on Demand (VoD).....	35
Ministério da Fazenda e Ministério da Indústria e Comércio.....	36
Cota de Tela de Cinema e Cota de Programação da TV Paga.....	36
Frente Parlamentar de Economia Criativa.....	36
Cota de Tela estadual.....	36
Perspectivas para 2024.....	38
Market share do cinema brasileiro.....	38
Valorização da indústria audiovisual brasileira.....	38
PAI 2023/24.....	38

Regulação do VoD.....	38
Petrobrás Cultural.....	38
Cota de Tela de Cinema.....	39
Políticas públicas da cultura na SAV.....	39
União.....	39

Palavra do Presidente

por **Leonardo Edde**



Indústria Audiovisual: Mirar o futuro

É com grande satisfação que apresento o relatório anual do SICAV. Os anos de 2022 e 2023 foram marcados por significativas conquistas para o setor audiovisual no Rio de Janeiro e em todo o Brasil. Celebramos essas vitórias enquanto nos preparamos para enfrentar os grandes desafios que o futuro nos reserva.

A demanda por conteúdo brasileiro continuou crescendo consistentemente nas últimas décadas, impulsionada por políticas públicas que reconheceram o papel fundamental da produção independente na construção de uma indústria potente e com identidade própria. Esses esforços têm permitido que a nossa voz e o nosso olhar ganhem destaque mundialmente.

Um dos objetivos centrais dessas políticas é promover a cultura brasileira e a língua portuguesa, além de aumentar a produção e exibição de obras nacionais. Os resultados são

claros: há pouco mais de uma década, as produções brasileiras representavam menos de 1% da grade dos canais por assinatura. Hoje, esse índice está próximo de 20%. Esse avanço não foi um acaso, mas sim fruto de decisões regulatórias estratégicas, como a Lei 12.485/2012, que estabeleceu parâmetros mínimos para a exibição de obras nacionais na TV por assinatura.

Sem essas medidas, os produtores independentes enfrentariam enormes dificuldades para superar as barreiras de um mercado tradicionalmente concentrado. Agora, o desafio é levar essas bases sólidas para o universo do *streaming*, a nova fronteira da indústria audiovisual.

A indústria audiovisual é estratégica para o Rio de Janeiro e para o Brasil. É uma área intensiva em capital intelectual, na qual já ocupamos uma posição de destaque internacional. Trata-se de um setor de baixo impacto ambiental, que depende essencialmente de pessoas, e não de máquinas, pois a arte é o reflexo da experiência humana, com suas maravilhas e angústias, euforias e incertezas.

Em tempos marcados pela ameaça de desastres naturais globais e pelos dilemas da inteligência artificial, é crucial valorizarmos essas características humanas que são a base do nosso setor. O futuro depende de nossa capacidade de inovar e de continuar a promover e preservar a riqueza cultural brasileira.

Agradeço a todos os nossos membros e parceiros pelo comprometimento e dedicação que nos permitiram alcançar tantas vitórias nos últimos anos. Juntos, continuaremos a trabalhar para fortalecer a indústria audiovisual brasileira e enfrentar os desafios que virão com coragem e criatividade.

Atenciosamente,

Leonardo Edde

Presidente do SICAV

[Leia mais no nosso site](#)

Os anos de 2022 e 2023

A Cultura voltou! Será?

Depois de anos de muita resistência ao desmonte da era Temer-Bolsonaro, o ano de 2023 se destacou como um período de reconstrução e renovação para a cultura e para o audiovisual, marcado por um restabelecimento significativo do compromisso do Governo Federal após um intervalo de desafios e incertezas.

Após anos de luta incessante contra retrocessos que ameaçavam a capacidade produtiva e criativa de nosso setor, 2023 emergiu como um ano de superação e união. Reagimos diante das adversidades com uma força renovada, impulsionados pelo espírito sonhador de cada indivíduo que dedica sua vida à transformação da realidade através do audiovisual. Foi esse mesmo espírito que possibilitou as inúmeras conquistas ao longo do ano, conquistas essas que merecem ser celebradas por todos nós.

Testemunhamos uma retomada expressiva dos investimentos, direcionados à recuperação da nossa capacidade de criação e produção. O público começou a regressar às salas de cinema, e novas formas de distribuição e acesso ao conteúdo brasileiro independente foram implementadas, adaptando-se às transformações econômicas, sociais e políticas do período. O potencial do Brasil em ampliar sua produção audiovisual e gerar impactos econômicos e simbólicos foi reafirmado, destacando a importância do setor não apenas como gerador de emprego e renda, mas como um vetor essencial para a valorização da cultura brasileira, a promoção da diversidade cultural e a preservação de nossa história.

Alguns Dados da Indústria

- ★ 12.946 produtoras brasileiras independentes registradas na Ancine
- ★ Investimento de mais de R\$ 2,8 bilhões pelo Fundo Setorial Audiovisual
- ★ Recursos significativos através da Lei Paulo Gustavo, com R\$ 3,8 bilhões

- ★ Aprovação da Lei Aldir Blanc 2 no valor de R\$ 3 bilhões

Fomento e Investimentos

- ★ 6 chamadas de Cinema, totalizando R\$ 453,7 milhões
- ★ 3 chamadas de TV/VOD com investimento de R\$ 200 milhões
- ★ 3 linhas de Crédito (Infraestrutura, Inovação e Capital de giro) de R\$ 537 milhões
- ★ Chamada Cinema nas Cidades – Apoio ao pequeno exibidor, de R\$ 6 milhões
- ★ Riofilme - trabalho de desenvolvimento e consolidação do programa de fomento
- ★ SeCEC RJ - trabalho de desenvolvimento e consolidação do programa de fomento

Defesas de Interesse

- ★ Regulação do VoD amplamente discutida, com o objetivo principal de ampliar mercado para a produção independente brasileira
- ★ Grupo de Trabalho instituído pelo MinC para elaborar recomendações para a regulação do VoD
- ★ Seminário Regional Sobre o Audiovisual na Era do Streaming realizado em Brasília
- ★ Recuperação dos rendimentos dos projetos incentivados
- ★ Alterações nas regras de execução de recursos da Ancine

Vitórias no Legislativo

- ★ Renovação da lei da cota cinematográfica
- ★ Prorrogação da cota da TV paga
- ★ Projeto de Lei do Senado 57/2018 reapresentado como PL 1994/2023
- ★ Marco Legal da Cultura
- ★ Frente Parlamentar da Economia Criativa

Pesquisas e Estudos

- ★ Desenvolvimento de novo planejamento estratégico da Riofilme
- ★ [Estudo Olsberg](#)
- ★ [Guia de Sustentabilidade](#)

Principais ações em 2022

Condecine

Mediante a ameaça de desoneração do Condecine da PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023) que praticamente sela o fim do FSA, o SICAV atuou fortemente na contenção deste e outros ataques ao setor audiovisual. Nossa diretoria redigiu nota e colheu assinaturas de outras 23 instituições do audiovisual e do cinema solicitando um parecer da Ancine sobre o tema, além de elaborar um documento contendo passo a passo de ações individuais e coletivas para somar nesta defesa.

Eleições 2022 - Encontro do Audiovisual com Candidatos

O audiovisual e o cinema cariocas – representados pela ABRA, ABRACI, APAN, API, BRAVI, SICAV, STIC e Grupo Estação – realizaram uma série de encontros presenciais com candidatos a governador (RJ), à Câmara e ao Senado Federal para debater suas propostas sobre o papel do audiovisual e do cinema nas políticas de desenvolvimento do Rio de Janeiro e do Brasil.

Tribunal de Contas da União

Acompanhamento das decisões e tramitações do Tribunal de Contas da União sobre o tema da prescrição. Com especial atenção à evolução das tratativas sobre prescrição.

Lei Paulo Gustavo

Envio aos senadores de minuta de ofício assinada por 20 entidades do audiovisual em manifesto pela aprovação da Lei Paulo Gustavo, com retorno positivo do Presidente do Senado Rodrigo Pacheco sobre o uso do conteúdo no apoio aos parlamentares da análise do texto.

Mediante a apresentação da Medida Provisória 1135/2022 pelo Executivo, que propunha a anulação dos efeitos das Leis Paulo Gustavo & Lei Aldir Blanc II, atuamos pela sua derrubada, liderando campanhas de apelo popular e de apoio parlamentar.

Ancine

Revisão das Instruções Normativas nº 158 e nº 159 da Ancine

O GT Produção esteve ativo e se reuniu periodicamente para discussão, análise e comparação entre as INs 125 e 150 e as INs 158 e 159. As análises das Instruções Normativas foram compiladas e enviadas à Ancine.

Digitalização dos documentos de prestação de contas

Atendendo às reivindicações do setor, o GT Produção elaborou e enviou uma carta à ANCINE solicitando a suspensão da exigibilidade de digitalização integral dos documentos de prestação de contas com efeitos retroativos.

Assinatura digital

Propondo a adequação à contemporaneidade do envio de documentações, o GT Comunicação desenvolveu e enviou à Ancine uma carta solicitando maiores esclarecimentos quanto ao uso de assinaturas digitais nos documentos.

Rendimentos

O GT Produção se reuniu para discutir os repasses de rendimentos da Ancine, e se reuniu com a Diretoria Colegiada e a Secretaria de Políticas de Financiamento para tratar do tema. Conseguimos liberar os rendimentos dos projetos.

Riofilme

Elaboração e envio de contribuição à consulta pública sobre a nova Portaria de Prestação de Contas da Riofilme, com sugestões de alteração que melhor contemplem a realidade prática

dos processos contemplados pelas políticas de fomento. Envio de carta com atualização das iniciativas de desburocratização e segurança jurídica na administração pública referentes ao setor audiovisual. A portaria de prestação de contas da Riofilme foi ajustada após o envio de nossas proposições e considerações.

Foi enviada uma carta solicitando a retificação do Edital de Coprodução Internacional para Cinema dada a divergência em seu ponto 3 com o Art. 14 da Instrução Normativa nº 158.

A partir do trabalho de revisão e análise do edital de Cash Rebate da RioFilme, enviamos nosso material de contribuição para a consulta pública.

O Sicav, junto à Brasil Audiovisual Independente - BRAVI, Associação Brasileira de Cineastas - ABRACI, Associação das Produtoras Independentes - API, iniciou o diálogo com a presidência da Riofilme sobre a Lei Paulo Gustavo.

Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro

Em 2022, nos reaproximamos da SeCEC RJ para tratar de temas caros ao Audiovisual no Estado, como a aprovação da Lei Paulo Gustavo e o Fundo Estadual de Cultura.

Institucional

Elaboração e envio de proposta de inclusão de linha orçamentária para contratação de departamento e/ou colaboradores de RH e compliance nos projetos incentivados pela Ancine. [Clique aqui](#) e acesse a proposta. À RIOFILME, à Prefeitura do Rio de Janeiro e à Secretaria de Governo e Integridade Pública o Sicav preparou e enviou uma carta solicitando a reestruturação da equipe RioFilme, considerando as iniciativas de fomento, acompanhamento e prestação de contas do plano de retomada do audiovisual.

Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023

A partir das tratativas com o STIC, conduzimos as negociações e acordamos os termos da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023. Realizamos a interlocução com outros sindicatos, como SATED, Sindcine, Sintracine.

Protocolo Covid-19

Para melhor se adequar às flexibilizações no Estado do Rio de Janeiro referentes ao contexto pandêmico, o SICAV, junto ao STIC, a Riofilme, e a Rio Film Commission, realizou inicialmente uma revisão simplificada do protocolo de recomendações. Com a melhora contínua na situação em relação à Covid-19, em acordo com o STIC, o protocolo foi revogado.

Eventos

Webinário Editais RioFilme

O SICAV realizou um webinário com a participação de Mauricio Hirata, Diretor de Investimentos da RioFilme, com explicações sobre os novos editais da RioFilme abertos em 2022. Confira a discussão.

Encontro de Novos Realizadores com Vera Zaverucha e Canais Independentes

O SICAV, em parceria com a BRAVI, realizou o encontro via Zoom com aprofundamentos sobre o Edital de Novos Realizadores do FSA com Vera Zaverucha, e trocas entre novos realizadores e representantes dos canais Arte1, BoxBrazilTV, Canal Brasil, Cinebrasiltv e Curta!.

Encontro SICAV e BRAVI: Webinário do Manual de PC

O SICAV e a BRAVI organizaram um encontro virtual com associados para repassar as informações e esclarecimentos fornecidos pela Ancine no Webinário sobre o Manual de Prestação de Contas.

Pesquisas

Levantamento de Produções Audiovisuais em andamento no Brasil

O SICAV, em parceria com a BRAVI e a APACI, desenvolveu uma pesquisa de mapeamento das atividades audiovisual e cinematográfica brasileiras, para ampliar nossa base de dados para uma atuação cada vez mais certa no desenvolvimento do setor audiovisual.

Assessoria Parlamentar

Relatório 2022



Relatório de atividades

Assuntos Parlamentares | 2022



ÍNDICE

- 3** Linha do tempo: macro acontecimentos
- 4** Equipe de transição e a Cultura
- 6** A nova era da ANCINE
- 7** Poder Legislativo: prioridades do setor
- 12** Orçamento para 2023
- 13** Pendências do setor para a próxima legislatura





Relatório de atividades

Assuntos Parlamentares | 2022

Preâmbulo

O audiovisual já entrou em 2023 com novos desafios. Encerrando seu ciclo em 2022, a gestão de Jair Bolsonaro deixou claro e evidente o descaso com a cultura, que sofreu um sucateamento em todos os seus segmentos e dimensões, sejam elas econômicas, sociais ou simbólicas.

No Congresso Nacional, o setor também não foi prioridade. Ainda assim, vitórias foram alcançadas, fechando 2022 com a reestimativa da Condecine no orçamento para 2023, e a liberação dos recursos das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc.

Entretanto, a irresponsabilidade da gestão não se irrompeu apenas na cultura, mas na econômica, nas questões sanitárias, no jogo político e eleitoral, e na harmonia entre os poderes, abalando a estrutura institucional do país. O Brasil entrou em 2023 ainda dividido.

Segundo o [levantamento realizado pelo Poder 360](#), baseado em pesquisas eleitorais publicadas desde 1989, as Eleições Gerais do Brasil de 2022 foram as mais polarizadas desde a Constituição de 1988.

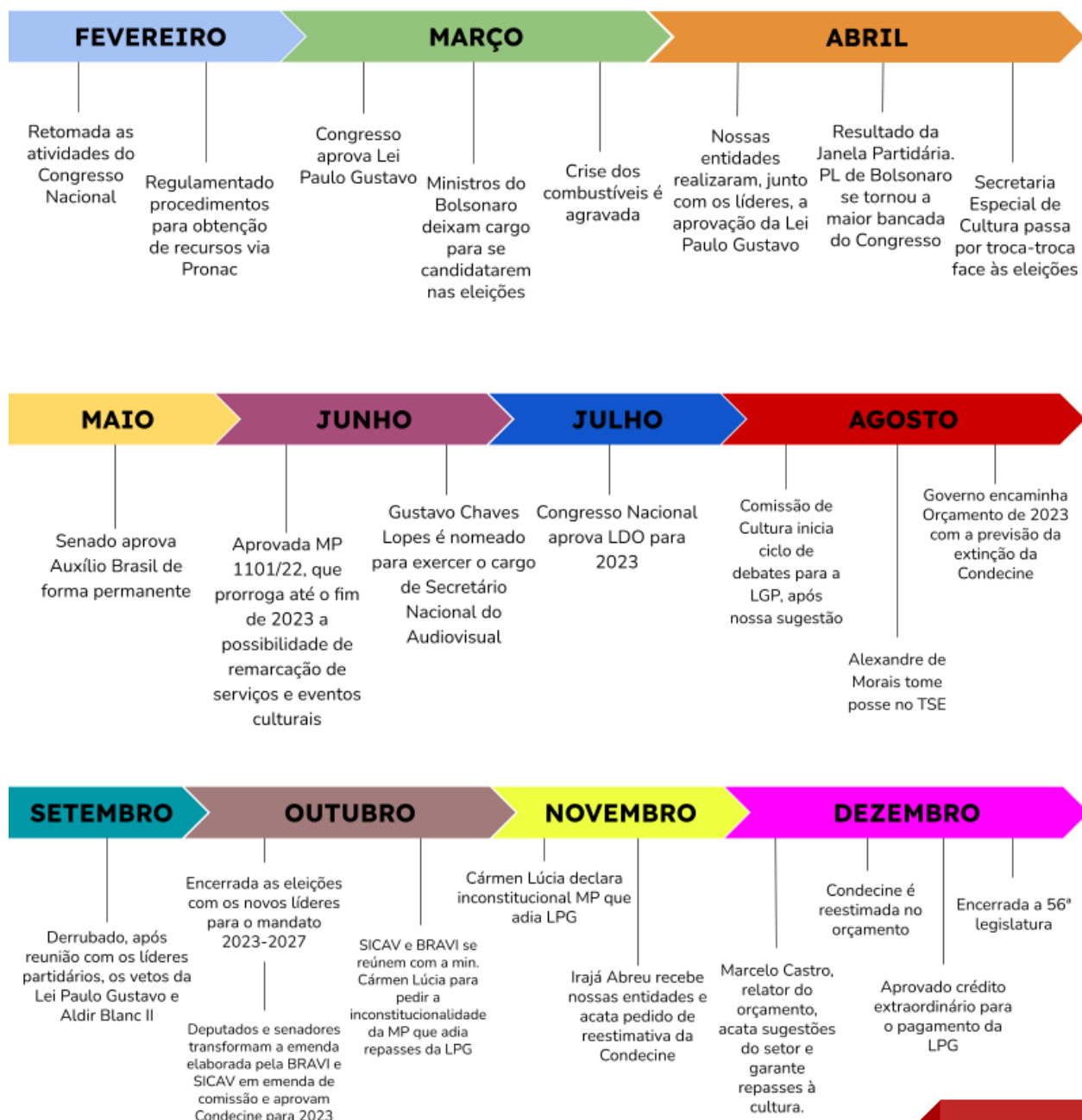
Neste relatório, apresentamos um panorama dos acontecimentos de impacto, relacionados com o audiovisual e com a cultura, bem como algumas ações prioritárias para 2023.

Seguiremos juntos nessa parceria, defendendo a Indústria Cinematográfica e Audiovisual Independente, a propriedade intelectual brasileira, e a nossa Democracia.



Relatório de atividades

Assuntos Parlamentares | 2022



Equipe de transição: desmonte da cultura

Com a conclusão dos trabalhos das equipes de transição, os atores envolvidos construíram um relatório sobre a atual situação, no que diz respeito à política pública e governamental, de Jair Bolsonaro.

O documento, que possui um capítulo intitulado como “desmonte do governo”, apresentou a atual situação do país baseada em diversas áreas de atuação.

Para a cultura, foi reconhecido que o setor foi um dos principais alvos do desmonte promovido pelo governo de Jair Bolsonaro. Entre os impactos negativos destacam-se o orçamento destinado à pasta, as estruturas públicas de gestão da cultura, o acesso e o exercício dos direitos culturais, e as atividades artísticas e dos trabalhadores da cultura.

Outro destaque foi a criação de um discurso que criminaliza as artes, a cultura, os artistas e demais trabalhadores da cultura.

O orçamento do Ministério da Cultura, extinto no atual governo, foi reduzido em quase metade na execução orçamentária. O Fundo Nacional de Cultura teve seu orçamento reduzido em 91%.

O documento conclui que é inegável o papel que a Cultura deverá ter durante o novo governo, seja como área fundamental de apoio e estímulo à diversidade de manifestações culturais do povo brasileiro; seja como meio para propiciar o mais amplo acesso aos bens e serviços culturais.

O objetivo, segundo a equipe de transição, é tornar a cultura instrumento indispensável ao fomento da produção cultural e à promoção de uma economia da cultura, como parte da estratégia de retomada do desenvolvimento sustentável do País.

Prestes a tomar posse, Lula da Silva, presidente eleito, confirmou que Margareth Menezes será a ministra da Cultura. Sua indicação foi polêmica, dividindo áreas da cultura que desejavam um nome mais técnico.

Margareth comentou em sua rede social que em 2023, a pasta deve acumular mais de R\$ 10 bilhões a partir do orçamento anual e da lei Paulo Gustavo e da Condecine, fato que gerará um orçamento histórico para o setor.





Relatório de atividades

Assuntos Parlamentares | 2022

Ministério da Cultura é recriado e sua estrutura é definida

Com a posse do Presidente Lula, a Esplanada dos Ministérios passará por uma mudança tanto na forma estrutural quanto de pessoal. Essa prática é comum quando ocorrem mudanças na gestão do país.

Uma das promessas de Lula ao longo da campanha, foi a recriação do Ministério da Cultura; e logo após a confirmação da sua eleição, disse que o setor voltará a ganhar força e ser fruto do fortalecimento econômico do país.

Margareth Menezes é a nova ministra, e durante suas falas em sua posse, disse que pretende refundar o ministério da Cultura que foi extinto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Menezes buscou reforçar em seu discurso a importância da cultura e citou a arte como ferramenta de “transformação”.

Para a ministra, combate-se a cultura quando se quer um país calado. Destacou que mesmo com a pandemia, ninguém soltou a mão de ninguém.

Agradeceu os parlamentares que apoiaram as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc e falou que seu o maior objetivo será a retomada dos investimentos e a valorização do setor cultural.

Para a pasta, ela virá acompanhada por Márcio Tavares, que será o Secretário-Executivo do ministério. Tavares é braço direito da cultura dentro do PT desde 2017; participou da reconstrução do MinC na equipe de transição sendo um dos responsáveis pelo grupo temático.

Haverá dentro da estrutura da cultura, seis secretarias que farão a articulação com a sociedade e os membros do governo.

Secretaria de Formação, Livro e Leitura

Será chefiada por Fabiano Piúba, única autoridade nomeada até o momento;

Secretaria dos Comitês de Cultura

Deverá ser chefiada por Roberta Martins;

Secretaria de Diversidade e Cultura

Zulu Araújo assumirá seu comando;

Secretaria de Economia e Fomento à Cultura

com Milton Menezes, que será o responsável pelos trabalhos;

Secretaria do Audiovisual

Joelma Gonzaga organizará e irá estabelecer as políticas para o setor; e

Secretaria dos Direitos autorais e intelectuais

Será comandada por Marcos Souza.

Embora anunciada, a estrutura está caminhando para ser restabelecida, por enquanto, não há contato e nem previsão de quando os demais secretários serão nomeados.

Início das atividades

Através deste [Decreto](#) é possível entender toda a estrutura do Ministério da Cultura; por outro lado, reforçamos que o funcionamento das atividades da pasta será iniciado apenas dia 24 de janeiro de 2023, conforme estipulado no Decreto.

A nova era da ANCINE

Primeiro, vale destacar que as agências reguladoras são autarquias especiais com a finalidade de regular e/ou fiscalizar a atividade de um determinado setor da economia. Em outras palavras, as agências reguladoras possuem poder especial para legislar sobre a operação de um determinado mercado.

A nova lei das agências também uniformizou o quadro de diretores, definindo a mesma quantidade, tempo de mandato e outras questões. Para a Agência Nacional do Cinema, a estimativa do quadro é de um Diretor-Presidente e três diretores.

Em 2021, Jair Bolsonaro conseguiu a aprovação de 3 cargos para a diretoria da agência.

A aprovação de **Tiago Mafrá dos Santos** foi dada por 44 votos a favor e 3 contra, e a de **Vinicius Clay Araujo Gomes** por 40 votos a 4. Por fim, 33 senadores votaram a favor de **Alex Braga Muniz**, contra 11 votos contrários.

Neste ano de 2023, é prevista a indicação e a aprovação do último diretor que tornará o quadro de autoridades completo no órgão.

Aproximação com a ANCINE

O trabalho de interlocução com a agência não parou, com diretores com mandatos até 2026, retomamos o diálogo com a entidade e apresentamos as necessidades e objetivos para que o audiovisual, e a agência, se fortaleçam.



O cinema, recentemente, ganhou destaque na ANCINE que instituiu a Câmara Técnica de Exibição, que discutirá melhorias para as salas de cinema do país.

Segundo a própria agência, a Câmara Temática debaterá a retomada da cota de tela, fortalecendo a produção de obras brasileiras e impulsionando a apresentação de produções nacionais nos cinemas de todo país.

Outro debate sensível ao audiovisual junto aos especialistas da ANCINE é a regulamentação do *streaming*. Esta foi prevista no Plano Anual de Regulação para 2023.

A regulação do *streaming* é vista como necessária e possível pela agência reguladora, que conta com a nossa participação na construção de um ambiente tributário e concorrencial saudável, sempre priorizando o desenvolvimento da indústria independente brasileira.

Diretoria Colegiada da ANCINE



Alex Braga Muniz

Diretor-Presidente | Mandato: 20/10/2021 – 19/10/2026
(21) 3037-6323 | alex.muniz@ancine.gov.br

É procurador federal exerceu o cargo de diretor-presidente substituto da agência a partir de 2019. Na sabatina, ele admitiu “problemas sistêmicos” enfrentados pela Ancine, mas buscou afastar dúvidas sobre a garantia de verbas federais para o setor audiovisual: ele sublinhou que o FSA tem situação financeira equalizada para cumprir os compromissos assumidos.



Vinicius Clay Gomes

Diretor | Mandato: 22/07/2021 – 14/05/2026
(21) 3037-6336 | vinicius.gomes@ancine.gov.br

Vinicius Clay Araujo Gomes é servidor de carreira da agência e trabalha na Ancine desde 2006 como especialista em regulação da atividade cinematográfica e audiovisual. Durante a sua sabatina, destacou a preservação da política setorial e cobrou maior regionalização das produções brasileiras.



Tiago Mafrá dos Santos

Diretor | Mandato: 22/07/2021 – 30/09/2024
(21) 3037-6338 | tiago.santos@ancine.gov.br

Exerce na Ancine, desde 2006, o cargo de especialista em regulação da atividade cinematográfica e audiovisual. Nesse período, destaca-se a sua atuação em estudos sobre mitigação de efeitos econômicos da pandemia sobre salas de exibição e sobre os efeitos regulatórios da fusão entre duas grandes operadoras de TV paga.



Mauro de Souza

Diretor Substituto | Mandato: 23/11/2022 – 22/05/2022
(21) 3037-6337 | mauro.goncalves@ancine.gov.br

Advogado, Mauro é aliado de Jair Bolsonaro e possui ligações com o centrão, principalmente na figura da deputada Soraya Santos (PL-RJ). Foi assessor parlamentar do deputado Filipe Poubel, base do PSL na época de sua nomeação. Antes de se tornar Diretor Substituto, exercia o cargo de Superintendente de Registro da agência, área ligada ao audiovisual.



Relatório de atividades

Assuntos Parlamentares | 2022

Poder Legislativo: prioridades do setor

PLP 73/2021

Autor: Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Último relator: Senador Alexandre Silveira (PSD-MG)

Assunto de interesse: Lei Paulo Gustavo



Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural

Foi trabalhado com os parlamentares, inicialmente na Câmara dos Deputados, a aprovação do relatório conforme a deliberação no Senado Federal. Assim, foi retirada do texto a determinação da fiscalização pela Secretaria Especial de Cultura.

A proposta foi vetada integralmente pela Presidência da República, desta forma, o trabalho ocorreu com os líderes partidários para derrubar o veto presidencial.

Líder do Governo apoiou a negociação realizada pelo setor e pelos artistas que se articularam através das redes sociais, para votarem pela derrubada do veto.

Matéria é promulgada pelo Congresso Nacional após a derrubada do veto. A Iniciativa foi transformada na [Lei Complementar nº 195 de 08/07/2022](#).

MPV 1135/2022

Autor: Presidência da República

Último relator: Sem relator designado

Assunto de interesse: Altera leis do setor cultural



Busca uma solução de médio prazo para compatibilizar, em determinado horizonte de tempo, o apoio financeiro da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações do setor cultural, assim como aos beneficiários do Perse, com o arcabouço fiscal vigente.

Editada por Jair Bolsonaro para adiar os recursos da Lei Paulo Gustavo e Aldir Blanc.

Polêmica, o senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) entrou com uma ação no STF contra a Medida Provisória. No STF, a ministra Cármen Lúcia foi a relatora da ação e declarou inconstitucional a Medida Provisória.

No parecer da ministra Cármen Lúcia não foi declarado o arquivamento da Medida Provisória.

Na discussão do orçamento para 2023, foi aprovado como crédito extraordinário a execução de recursos para a Lei Paulo Gustavo.



Relatório de atividades

Assuntos Parlamentares | 2022

PLS 57/2018

Autor: senador Humberto Costa (PT-PE)

Último relator: senador Jean Paul Prates (PT-RN)

Assunto de interesse: Comunicação audiovisual sob demanda



Disciplina a comunicação audiovisual sob demanda e a incidência da Condecine sobre a comunicação audiovisual sob demanda e a distribuição de vídeo doméstico, abrangendo as plataformas de compartilhamento.

O relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN), vem segurando o andamento da proposição uma vez que não há consenso para sua discussão e votação. O objetivo é não deixar a matéria tramitar.

Jean Paul não terá mandado em 2023, assim, deverá ocorrer um novo trabalho para a designação da relatoria.

No final de 2022, a matéria será arquivada face o encerramento da legislatura, todavia, poderá ser desarquivada em 2023 a pedido de qualquer senador.

PL 8889/2017

Autor: deputado Paulo Teixeira (PT-SP)

Último relator: deputado André Figueiredo (PDT-CE)

Assunto de interesse: Conteúdo audiovisual por demanda



Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD).

A matéria aguardava a criação de uma Comissão Especial para debater o assunto.

Para 2023, a matéria deverá seguir o mesmo trâmite e aguardar um novo pedido de Comissão Especial. Por enquanto, não há rumores de priorização da matéria, mas com a sinalização do novo Poder Executivo em regulamentar o assunto, o cenário poderá mudar.

PL 5497/2019

Autor: deputado Marcelo Calero (Cidadania-RJ)

Último relator: deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF)

Assunto de interesse: Cota cinematográfica



Altera a Medida Provisória nº 2.228- 1, de 6 de setembro de 2001, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras até 2031.

A matéria tramita em regime de urgência e encontra-se apta para votação no plenário da Câmara.

Na reta final das votações de 2022, os líderes não se mostraram favoráveis à votação do Projeto de Lei. A TV paga é um dos principais articuladores contra o texto, a ABTA já se manifestou contra a iniciativa.

A renovação das cotas poderá vir via Poder Executivo.



Relatório de atividades

Assuntos Parlamentares | 2022

PL 695/2022

Autor: deputado Tadeu Alencar (PSB-PE)
Último relator: sem relator designado
Assunto de interesse: Regulação da TV paga



Prorroga a política de cotas de tela na TV paga.

| A proposta está apensada a cota cinematográfica, proposição de autoria do Marcelo Calero, que se encontra em regime de urgência e está apta para votação no Plenário.

| O cenário futuro é manter as propostas tramitando em conjunto e trabalhar a sua aprovação.

PL 4367/2020

Autor: deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
Último relator: deputado Ricardo Silva (PSD-SP))
Assunto de interesse: Renúncia de receita



De forma excepcional fica criado para os anos de 2020 e 2021, um abono anual (14º salário) em favor dos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

| O texto retira recursos do audiovisual para o pagamento do décimo quarto salário para aposentados e pensionistas.

| A iniciativa tinha o viés da pandemia, todavia, não teve apoio do governo Bolsonaro que vinha trabalhando contra a proposição.

| O texto aguarda a criação de uma Comissão Especial, e para a nova legislatura, deverá ser apresentado novo pedido de Comissão Especial para que o texto seja discutido.

PL 3203/2021

Autor: Poder Executivo
Último relator: deputado Júlio César (PSD-PI)
Assunto de interesse: Redução de incentivos e benefícios federais



Dispõe sobre o plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária e o encerramento de benefícios fiscais, nos termos do disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

| Sem tramitação relevante, a matéria encontra-se sem andamento desde 2021.



Relatório de atividades

Assuntos Parlamentares | 2022

Projeto de Lei Marco Regulatório do Audiovisual

Autor: a ser apresentado pelo Senado

Último relator: sem relator designado

Assunto: Marco Legal do Audiovisual - Desburocratização e simplificação da execução de recursos

Dispõe sobre o processamento, a execução, a fiscalização e a prestação de contas de projetos audiovisuais contemplados por recursos públicos ou incentivos fiscais decorrentes de fomento direto ou indireto.

- | Criação de um Marco Legal para o audiovisual
- | Registrar em Lei o que hoje fica na norma infralegal gerando insegurança na dependência dos gestores destes recursos
- | Segurança jurídica para todos os envolvidos na produção audiovisual, desde o captador do recurso até os servidores da Ancine.
- | Desburocratização de todos os processos de execução de recursos e prestação de contas.



Relatório de atividades

Assuntos Parlamentares | 2022

Orçamento para 2023: cultura terá recorde de recursos?

Recentemente, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, disse que a cultura terá orçamento recorde de R\$ 10bi; isso somando o orçamento da pasta, a Lei Paulo Gustavo, a Condecine e a Lei Rouanet.

Por outro lado, é importante salientar que a pasta, embora tenha uma previsão orçamentária, dispõe de normas infralegais com destinação específicas, como a Lei Paulo Gustavo que destina recursos para o estados e municípios, e, em sua maior parte, para o audiovisual.

Assim, não será possível que todo o orçamento, como diz a ministra, seja disponibilizado para qualquer área da cultura.

Outra barreira, talvez pouco conhecida por Margareth, é que mesmo tendo previsão de recursos, ainda é necessária muita articulação para movimentar o orçamento e consolidar sua execução.

Para os efeitos iniciais, de fato o orçamento aumentou. Em 2019, no primeiro ano de governo Bolsonaro, o chefe do Executivo reservou apenas R\$ 2,1bi para a pasta da Cultura, e em 2022 o valor caiu para R\$ 1,67bi.

Se tivesse sido reeleito, Jair Bolsonaro continuaria o sucateamento da cultura como ataque pessoal, o que vinha acontecendo desde o início de seu mandato.

Como uma das suas últimas ações, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023 com previsão de extinção da Condecine.

Mobilizamos a Comissão de Cultura (CCULT) da Câmara e a Comissão de Educação e Cultura (CE) do Senado, para aprovar, como emenda de Comissão, a reestimativa da Condecine. Nossa sugestão foi acatada pelos relatores e foi garantido o repasse da Cide para 2023.

Para a Lei Paulo Gustavo, o ex-Presidente Jair Bolsonaro se manifestou contra a iniciativa desde a sua tramitação e tentou derrubar o texto até após a promulgação do Projeto de Lei.

Sem força, Bolsonaro perdeu a batalha até mesmo no judiciário, que determinou que os recursos da Lei Paulo Gustavo fossem pagos. Sem alternativas, o Congresso aprovou um crédito extraordinário para que a lei fosse cumprida já no início deste ano de 2023.



Relatório de atividades

Assuntos Parlamentares | 2022

Pendências para 2023: assuntos parlamentares

Frente Parlamentar de Economia Criativa	Recriação da Frente
Frente Parlamentar em Defesa do Audiovisual	Recriação da Frente
Projeto de Lei de Execução de Recursos	Apresentação e início de sua tramitação
Cota de Tela do Cinema Cota da TV paga	Reestabelecimento da cota de tela de cinema Prorrogação da cota da TV Paga
Lei Paulo Gustavo Lei Aldir Blanc	Acompanhamento da execução da Lei
VoD	Avançar na regulação

Principais ações em 2023

Institucional

O Sicav esteve na linha de frente da retomada da indústria audiovisual neste último ano, sendo reconhecido como legítimo representante do setor pelos atores públicos e privados a nível nacional e internacional.

Câmara Técnica Setorial das Entidades

O Sicav propôs a formação da Câmara Técnica Setorial das Entidades Representativas da Produção Brasileira Independente da Ancine, criada em medida inédita tendo como objetivo a promoção, o desenvolvimento, o aumento da competitividade, a diversificação e a regionalização da produção brasileira independente, bem como a universalização do acesso e a internacionalização das obras brasileiras independentes. Entidades convidadas:

1. Abraci
2. Apaci
3. Apan
4. Api
5. Apro
6. Bravi
7. Conne
8. Fames
9. Siaesp
10. Sicav

A Câmara Técnica Setorial tratou de temas como a regulação das plataformas de VoD, direitos autorais no ambiente digital, cotas de telas e marco regulatório do fomento à cultura.

Medalha do Mérito Industrial

O presidente do Sicav Leonardo Edde foi homenageado com a Medalha do Mérito Industrial, como reconhecimento pelo seu trabalho pela indústria audiovisual do Rio de Janeiro.

Protocolo de Intenções

A Firjan SESI, o Sicav e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro assinaram protocolo de intenções voltado para a identificação de ações e projetos que desenvolvam a indústria criativa fluminense.

Frente Parlamentar de Fomento do Audiovisual

Estivemos presentes no lançamento da Frente Parlamentar de Fomento do Audiovisual no Estado do Rio, que celebrou o Dia do Cinema na Alerj, onde apresentamos a elaboração de iniciativas debatidas em conjunto com a federação e o Sicav, entre outras instituições.

As principais discussões são: (i) Cota de tela estadual de cinema; (ii) Apoio às produções fluminenses na presença em Festivais; (iii) Definição de eventos estratégicos no audiovisual fluminense; (iv) Cash Rebate estadual; (v) Renovação da Lei do ICMS.

Ancine

Prestação de Contas

Como resultado do diálogo estabelecido pelo SICAV, a Ancine atendeu aos pleitos urgentes de providências relativas ao Manual de Prestação de Contas. Os termos estabelecidos pelo sindicato em carta enviada à Diretoria Colegiada foram adotados como referência para o processo de adequação e revogação de normas e regulações.

Prescrição

O trabalho desenvolvido pelo Sicav em parceria com o escritório Piquet, Magaldi e Guedes rendeu frutos na mais recente decisão da diretoria colegiada da Ancine de reconhecer a prescrição em três processos de prestação de contas.

Formação

Parceria com a Riofilme

O Sicav, junto a produtoras audiovisuais independentes, criou 5 cursos gratuitos de qualificação profissional voltados para capacitação no audiovisual, oferecidos à RioFilme com execução da Firjan SENAI, sendo: Maquiagem e Caracterização, Assistência de Direção e Continuidade, Produção, Elétrica e Maquinaria, DIT e Logger.

Programa de qualificação setorial

Garantimos a distribuição de 100 vagas gratuitas para os cursos de Fotógrafo, Operador de áudio e Operador de câmera, Desenvolvedor de Conteúdos para Youtube e Editor de Vídeo, ofertados pelo Centro de Referência em Audiovisual Firjan SENAI em Laranjeiras.

Pesquisas e mapeamento do setor

Pesquisa Datafolha

Com apoio de exibidores e produtores, o Sicav e o Consórcio Exibidores Brasileiros Independentes encomendaram ao Datafolha uma análise quantitativa sobre o hábito de ir ao cinema, aplicada em 11 cidades de todas as regiões brasileiras, com o objetivo de conhecer com profundidade quais as razões pelas quais as pessoas diminuíram a frequência ou deixaram de ir ao cinema após a pandemia da Covid-19.

Estudo de Demanda Profissional do Setor Audiovisual

Desenvolvido em parceria entre o Sicav e a Firjan, o “Estudo de Demanda Profissional do Setor Audiovisual” revelou a alta demanda por mão de obra, especialmente, nesse momento de expansão vivido pelo mercado.

Guia de Sustentabilidade na Indústria Audiovisual

O Guia de Sustentabilidade na Indústria Audiovisual apresenta boas práticas que podemos utilizar em todos os tipos de produção, e foi produzido através de parceria entre o Sicav, a Firjan SENAI, o Conselho Empresarial da Indústria Criativa da Firjan e o Latin American Training Center (LATC).

1º Encontro Estratégico Colaborativo da Indústria Audiovisual

Em iniciativa inovadora, o Sicav convidou cerca de 30 profissionais, incluindo produtores, distribuidores, exibidores, gestores públicos e especialistas no setor para o 1º Encontro Estratégico Colaborativo da Indústria Audiovisual, que teve como tema o desafio de “Aumentar o Market-Share do Filme Brasileiro nas Salas de Cinema”.

Trabalhista

A Diretoria Trabalhista, com apoio das produtoras interessadas em contribuir, conduziu com agilidade as negociações com o STIC - Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual, e fechamos a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024.

Fomento

Melhoria dos processos do Fundo Setorial do Audiovisual

O GT Fomento desenvolveu um documento com propostas concretas e objetivas visando a uma melhoria significativa dos processos do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA (melhora da sua eficiência), bem como maiores e melhores retornos financeiros e artísticos (melhora da sua eficácia), enviado à Ancine.

Propostas para chamadas públicas de 2023

As considerações elaboradas pelo Sicav, junto a outras entidades do setor, sobre a execução das Chamadas Públicas do FSA em 2022 foram apresentadas à Ancine e levadas em consideração para a formulação das chamadas abertas em 2023.

Lei Paulo Gustavo

A Diretoria do Sicav manteve participação ativa no envio de sugestões de execução dos recursos da Lei Paulo Gustavo junto ao Estado e município do Rio de Janeiro. Nosso objetivo era que 100% dos municípios do Rio tivessem seus projetos inscritos e aprovados na Lei Paulo Gustavo, o que foi alcançado.

Parcerias e Eventos

Academia Brasileira de Cinema e Artes Audiovisuais

A partir deste ano, o Sicav e a Academia Brasileira de Cinema serão os responsáveis pela formação da Comissão que indicará as 22 categorias representantes do Brasil no Premios Platino, a maior premiação do audiovisual ibero-americano. A Comissão terá 11 membros: oito indicados pela Academia em votação entre os sócios, e três indicados pelo Sicav.

Rio2C

Além da parceria institucional anual que confere aos associados Sicav condições especiais na aquisição de credenciais para o Rio2C, em 2023 retornamos com a programação exclusiva na sala Firjan/Sicav no Business Hall.

Series Mania Rio 2023

A parceria entre Series Mania Institute, Sicav, Projeto Paradiso, RioFilme e Embaixada da França no Brasil resultou no primeiro workshop internacional Series Mania dedicado ao desenvolvimento de séries de ficção. A ideia é tornar o Workshop Series Mania Rio um evento contínuo e repetir essa ação estratégica nos próximos anos para enraizar a cidade do Rio de Janeiro como Hub Latam da criação de séries de ficção.

Desafios das Relações Profissionais no Audiovisual

Os associados Sicav foram convidados a participar de workshop sobre os Desafios das Relações Profissionais no Audiovisual, ministrado pelo sindicato em parceria com a Firjan.

Outros fazeres no ensino e na aprendizagem em cinema e audiovisual

A Diretora Irina Neves representou o Sicav na mesa "Outros fazeres no ensino e na aprendizagem em cinema e audiovisual", em evento que fez parte da programação do FICA, o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental.

Audiovisual na Era do Streaming - OMPI

O presidente do Sicav Leonardo Edde participou do Seminário Regional Sobre o Audiovisual na Era do Streaming, realizado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI/WIPO) em Brasília.

Jurídico

TCU

Seguimos no acompanhamento dos processos potencialmente prescritos. Após deliberação da diretoria colegiada da Ancine, fomos informados pelo TCU que os projetos entrariam em análise do departamento de TCEs, a fim de confirmar a prescrição. A partir deste momento, teremos uma jurisprudência.

Defesa de interesses

Assessoria Parlamentar

Durante o ano de 2023, a assessoria parlamentar do Sicav realizou o agendamento de reuniões com parlamentares, membros do executivo e judiciário. Com um compromisso com a transparência, eficiência e representatividade, conseguimos estabelecer e manter conexões valiosas com os legisladores, promovendo um diálogo aberto e construtivo sobre as questões pertinentes aos nossos interesses e objetivos. Através de uma abordagem proativa e estratégica, garantimos a otimização do tempo e recursos, maximizando assim o impacto das nossas interações com os representantes eleitos. Essas reuniões foram fundamentais para o

avanço de nossas iniciativas e para a construção de parcerias sólidas visando o progresso e desenvolvimento das nossas metas institucionais.

Implementamos uma estratégia eficaz de envolvimento de artistas em nossas campanhas de advocacia, visando a promoção e aprovação de projetos de lei relevantes para nossa causa. Por meio da colaboração com talentosos artistas e influenciadores, conseguimos amplificar nossa mensagem e sensibilizar tanto o público quanto os parlamentares sobre a importância dessas iniciativas legislativas.

Projetos de Lei Video on Demand (VoD)

Foram realizadas, em 2023, importantes mudanças no texto do projeto de lei relacionado ao Video on Demand (VoD), visando aprimorar sua eficácia e alinhar seus objetivos com as necessidades do setor audiovisual. Por meio de uma análise criteriosa e colaborativa, foram identificadas e rejeitadas emendas negativas que poderiam comprometer os avanços conquistados até então. Além disso, observou-se mudanças positivas nos relatórios dos projetos de lei, refletindo um aprofundamento na compreensão das questões envolvidas e um maior embasamento técnico nas proposições apresentadas. Essas mudanças contribuíram significativamente para fortalecer o texto do projeto de lei, aumentando sua viabilidade e potencial impacto positivo no setor do VoD e na indústria audiovisual como um todo.

Ministério da Fazenda e Ministério da Indústria e Comércio

Durante o período analisado, testemunhamos um marco significativo no cenário político e econômico com a abertura de um caminho promissor no Ministério da Fazenda e Indústria e Comércio para reconhecer o setor audiovisual como uma indústria econômica de destaque. Por meio de um diálogo construtivo e uma articulação eficaz entre os stakeholders do setor e as autoridades governamentais, foi possível evidenciar o potencial econômico e gerador de empregos da indústria audiovisual. Ações estratégicas, como a elaboração de estudos e análises que demonstram o impacto positivo do audiovisual na economia nacional, bem como a implementação de políticas e incentivos fiscais específicos, foram fundamentais para essa mudança de paradigma. Essa abertura no Ministério da Fazenda e MDIC representa não apenas um reconhecimento merecido da importância do setor audiovisual, mas também abre portas

para investimentos, crescimento sustentável e desenvolvimento contínuo, consolidando assim o audiovisual como um pilar essencial da economia nacional.

Cota de Tela de Cinema e Cota de Programação da TV Paga

Aprovação da Cota de Tela Federal, por ampla maioria na Câmara dos Deputados - 312 votos -, e aprovação da renovação da cota da TV Paga.

Frente Parlamentar de Economia Criativa

Houve um acontecimento de grande relevância para o cenário da economia criativa: a recriação da Frente Parlamentar de Economia Criativa. Essa iniciativa reflete o contínuo reconhecimento da importância estratégica da economia criativa para o desenvolvimento socioeconômico do país, bem como a necessidade de uma atuação parlamentar dedicada e eficaz nessa área. Composta por parlamentares comprometidos e líderes do setor criativo, a recriação desta frente representa um compromisso renovado em promover políticas e legislações que impulsionem o crescimento e a sustentabilidade dessa indústria dinâmica.

Cota de Tela estadual

Antecipando o movimento de garantia do apoio à produção audiovisual independente, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou a Cota de Tela estadual para exibição de filmes brasileiros. Atuante nessa jornada junto ao legislativo estadual, o Sicav apresentou uma minuta de projeto de lei visando a desburocratização da execução de recursos no setor fluminense, que segue em desenvolvimento.

Perspectivas para 2024

Market share do cinema brasileiro

Já no começo de 2024, o cinema brasileiro demonstrou sua potência ao alcançar um público de 3 milhões de espectadores somente em janeiro. A receita gerada pelos filmes brasileiros no primeiro mês do ano ultrapassou a marca dos R\$ 59 milhões. Os melhores resultados registrados nos últimos seis anos!

Esta receita corresponde a 80% de todo o arrecadado no ano de 2023, segundo dados da Ancine divulgados pelo Ministério da Cultura.

Valorização da indústria audiovisual brasileira

Certamente, os números reforçam a importância de assegurarmos a virada de chave quanto à valorização da indústria audiovisual brasileira. Devemos aproveitar e impulsionar todo o potencial de geração de emprego e renda, emancipação social e transformação da vida dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura.

PAI 2023/24

Segundo a última versão do Plano Anual de Investimentos 2023/2024 aprovado pela Diretoria Colegiada da Ancine, são esperados mais de R\$ 1 bi em investimentos na indústria audiovisual pelo Fundo Setorial Audiovisual em 2024.

Regulação do VoD

É esperado para esse ano o encerramento da tramitação dos projetos de lei da regulação do VoD. Neste momento, são dois os PLs - PL 8.889/17 e PL 2.331/22.

Petrobrás Cultural

A retomada de investimentos no audiovisual pelo projeto Petrobrás Cultural, fruto da parceria entre a Petrobrás e o MinC, anunciado em fevereiro de 2024, acena para uma possível pulverização das fontes de fomento do setor, que havia se dissipado nos últimos anos.

Cota de Tela de Cinema

A aprovação da Cota de Tela para produções brasileiras no cinema e na TV deve ser outro fator relevante para alavancar o desenvolvimento da indústria. Logo após a sanção da Lei em 16 de janeiro, a Diretoria Colegiada da ANCINE aprovou as medidas necessárias para sua regulamentação. A agência anunciou ainda o início da realização, pela área técnica da ANCINE, de processos internos, como estudos e análises de mercado. Ficou deliberado também a realização de oitivas com representantes dos mercados de produção, distribuição e exibição cinematográfica. Todo o processo será considerado na formulação dos parâmetros para a proposta de Cota de Tela 2024, a ser submetida ao Ministério da Cultura, nos termos da lei.

Políticas públicas da cultura na SAV

No âmbito da retomada das políticas públicas da cultura, a Secretaria do Audiovisual (SAV) do MinC anunciou investimentos em projetos de infraestrutura, mostras e festivais e preservação. Suas iniciativas serão voltadas para a interiorização e capilarização do parque exibidor nacional; formação de comunidades cineclubistas que trabalhem juntas para promover o cinema, compartilhar recursos e experiências, e colaborar em iniciativas relacionadas ao cinema; exibir uma seleção de produções audiovisuais, como filmes de ficção, documentários ou animações, para um público interessado em mostras e festivais apoiados; e manutenção, atualização tecnológica e/ou ampliação das atividades com o objetivo de multiplicar e descentralizar espaços aptos a realizar as atividades de preservação no território brasileiro.

União

Nesse momento de fortalecimento para o desenvolvimento econômico do setor, é necessário que mantenhamos a união e o trabalho em prol da indústria audiovisual que queremos. E esse compromisso é o fundamento das ações que o Sicav desenvolverá em 2024.